



de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 13 de fevereiro de 2020. AudiLink & Cia. Auditores-CRC-RS 003688/O-2 F-PE. Roberto Caldas Bianchessi-Contador CRC/RS 040078/O-7 S-PE

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR**  
**CNPJ/MF Nº 05.121.359/0001-30**  
**NIRE 21300008969**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2019.** A Companhia Maranhense de Gás – GASMAR é uma Sociedade de Economia Mista, criada por meio da Lei Estadual nº 7.595/2001, que detém com exclusividade a concessão para a exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o território do Estado do Maranhão, sendo vinculada à Secretaria Estadual de Indústria Comércio e Energia - SEINC. A Companhia tem como principais normas de regência a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e a Lei 13.303/16 (Lei de Responsabilidade das Empresas Estatais), normas que lhe conferem personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR**

**Tipo de estatal:** Sociedade de Economia Mista

**Tipo societário:** Sociedade Anônima

**Tipo de capital:** Fechado

**Abrangência de atuação:** Estado do Maranhão

**Setor de atuação:** Gás Natural

**Capital social:** R\$ 7.920.000,00 (sete milhões, novecentos e vinte mil reais)

**CNPJ da Matriz:** 05.121.359/0001-30 | Data de abertura: 27/06/2002

**Endereço da Matriz:** Rua Azulões, Qd. 02, Lote 1, Ed. Office Tower, Sala 607, Bairro Jardim Renascença, São Luís - MA, CEP: 65075-060

**CNPJ da Filial:** 05.121.359/0002-11 | Data de abertura: 12/03/2013

**Endereço da Filial:** Estrada de Acesso A, BR 135, S/N, Km 277, Santo Antônio dos Lopes - MA, CEP: 65730-000

**Contatos:** (98) 2109-7179 | gasmar@gasmar.com.br | www.gasmar.com.br

**PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA**

ACIONISTA	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES PREFERENCIAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS
Estado do Maranhão	25,5%	-	51%
Termogás S/A	51%	74%	28%
Gaspetro	23,5%	26%	21%

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.** Em conformidade com as disposições constantes na Lei nº 6.404/1976, observado o respectivo procedimento licitatório, a GASMAR contratou a AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S (CRC/PE 000150/O “S”MA), empresa especializada nos serviços de auditoria independente, tendo em vista o exame e emissão e parecer sobre as demonstrações contábeis da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo. De acordo com a opinião dos auditores independentes, contida no Parecer, as demonstrações contábeis da GASMAR apresentam-se adequadas em todos os aspectos, em plena conformidade com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2019**

Aos Ilmos. Srs.

Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR

CNPJ(MF) 05.121.359/0001-30

Rua Azulões, Q. 02, Lote 01, Sala 607 Edifício Office Tower -Jardim Renascença São Luís – MA

**Opinião sem ressalva.** Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sem ressalva.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da GASMAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso



dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a GASMAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GASMAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Outros assuntos. Relatório de Administração.** A administração da GASMAR é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 05 de fevereiro de 2019, sem modificação de opinião. São Luís/MA, 06 de fevereiro de 2020. **AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PE 000150/O “S”MA. Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira. Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”MA. Sócio Sênior.**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	20 19	20 18	PASSIVO	Notas	20 19	20 18
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	15.569	22.628	Fornecedores	11	884	433
Contas a Receber	5	7.844	1.067	Obrigações Sociais a Pagar	12	766	773
Adiantamentos		51	6	Obrigações Tributárias a Recolher	13	3.321	1.894
Tributos a Recuperar		8	8	Dividendos a Pagar	15	10.032	11.923
Estoques	6	756	780	Passivos de Arrendamento	14	133	-
Outros Créditos		0	262	Outras Contas a Pagar		10	286
Despesas Antecipadas		62	119			15.146	15.311
		24.290	24.871	<b>Não Circulante</b>			
<b>Não Circulante</b>				Outras Obrigações de Longo Prazo		290	14
Realizável a Longo Prazo		362	90	Passivos de Arrendamento	14	839	-
Imobilizado	7	2.106	2.211			1.129	14
Intangível	8	790	795	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Diferido	9	636	837	Capital Social	15	7.920	7.920
Ativos de Direito de Uso	10	940	-	Reservas de Lucro		4.928	5.558
		4.833	3.933			12.848	13.478
<b>Total do Ativo</b>		<b>29.123</b>	<b>28.803</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>29.123</b>	<b>28.803</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2019

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 44.702.523-68  
RG: 1188218

Decideli de Antonio Santos Neto Macedo  
Diretor Presidente  
CPF: 20.864.7603-53  
RG: 27779442004-7

Hilany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA 012537/O-1



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2019	2018
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	16	<b>31.075</b>	<b>32.450</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	17	(6.983)	(5.884)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>24.091</b>	<b>26.566</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(7.226)</b>	<b>(7.354)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	17	(6.357)	(6.751)
Despesas Tributárias	17	(130)	(42)
Depreciação e Amortização	17	(735)	(556)
Outras Despesas Operacionais	17	(3)	(5)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>16.866</b>	<b>19.212</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas Financeiras	18	403	801
Despesas Financeiras	18	(77)	(2)
		326	799
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>17.192</b>	<b>20.011</b>
<b>DESPESA COM CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	19	(1.016)	(1.095)
<b>DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA</b>	19	(2.799)	(3.018)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>13.377</b>	<b>15.898</b>
Lucro por ação		<b>5,74</b>	<b>6,82</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2019

Deodides Antonio Santos Neto Macedo  
Diretor Presidente  
CPF: 208647603-53  
RG: 27779442004-7

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA 012537/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2019	2018
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>13.377</b>	<b>15.898</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>13.377</b>	<b>15.898</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2019

Deodides Antonio Santos Neto Macedo  
Diretor Presidente  
CPF: 208647603-53  
RG: 27779442004-7

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638.823.023-72  
CRC/MA 012537/O-1



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Dividendos Adicionais		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	7.920	1.584	4.402	-	13.906
Lucro líquido do período	-	-	-	15.898	15.898
Destinações:	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(11.923)	(11.923)
Constituição de reserva de dividendos adicionais	-	-	3.974	(3.974)	-
Dividendos Distribuídos	15	-	(4.402)	-	(4.402)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	7.920	1.584	3.974	-	13.478
Lucro líquido do período	-	-	-	13.377	13.377
Destinações:	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	(10.032)	(10.032)
Constituição de reserva de dividendos adicionais	-	-	3.344	(3.344)	-
Dividendos Distribuídos	15	-	(3.974)	-	(3.974)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	7.920	1.584	3.344	0	12.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2019**

Deodides Antonio Santos Neto Macedo  
Diretor Presidente  
CPF: 208647603-53  
RG: 27779442004-7

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638.823.023-72  
CRC/MA 012537/O-1

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das Atividades Operacionais</b>			
- Lucro do período		13.377	15.898
Ajustes para conciliar o lucro do período ao caixa aplicado nas atividades operacionais:			
- Depreciação e amortização	17	735	556
- Juros incorridos - AVP de arrendamentos	18	74	
- Valor Residual de bens baixados do ativo imobilizado	7	8	5
Acréscimos e Decréscimos de Ativo e Passivo:			
- Aumento de contas a receber de curto prazo/ longo prazo		(6.559)	6.255
- Aumento de estoques		24	(540)
- Aumento outros ativos curto e longo prazo		(215)	(49)
- Redução (aumento) de fornecedores		451	16
- Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições curto e longo prazo		1.419	(1.166)
- Aumento outros passivos curto e longo prazo		(1)	(2)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>9.313</b>	<b>20.974</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Investimento</b>			
- Adição ao Imobilizado e ao Intangível	7 e 8	(282)	(503)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(282)</b>	<b>(503)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento</b>			
- Pagamento de Dividendos	15	(15.898)	(17.610)
- Pagamento de Passivo de Arrendamento		(192)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(16.090)</b>	<b>(17.610)</b>
<b>Aumento Líquido de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>(7.059)</b>	<b>2.860</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa:			
No início do período	4	22.628	19.768
No final do período	4	15.569	22.628
<b>Aumento Líquido de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>(7.059)</b>	<b>2.860</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2019**

Deodides Antonio Santos Neto Macedo  
Diretor Presidente  
CPF: 208647603-53  
RG: 27779442004-7

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638.823.023-72  
CRC/MA 012537/O-1

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019** (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado). **1. INFORMAÇÕES GERAIS.** A Companhia Maranhense de Gás – GASMAR (“Companhia”) foi constituída em 26 de junho de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 7.595, de 11 de junho de 2001, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Maranhão, no prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade em todo o território do Estado do Maranhão, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou para quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo o território do Estado do Maranhão. A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execuções de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços e consultoria técnica a terceiros. Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviço de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural com a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. Esse contrato teve como intervenientes - anuentes a ENEVA S.A., a Parnaíba Gás Natural S.A. e a Petra Energia S.A. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs). **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.** **3.1 Instrumentos Financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a entidade deve classificá-lo ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Ao reconhecer, pela primeira vez, um passivo financeiro, a entidade deve classificá-lo ao custo amortizado, exceto no caso de passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Contas a pagar a fornecedores, passivos de arrendamento e dividendos a pagar. **3.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa.** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.1.2. Contas a receber.** As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas Demonstrações Contábeis. **3.2. Estoques.** Os estoques da Companhia estão representados por Almo-

arifados para uso e consumo nas atividades operacionais e são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição e/ou ao valor de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas. Ver nota explicativa nº 6. **3.3. Imobilizado.** É demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 7. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas e benfeitorias é acrescido ao valor contábil do ativo, quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando existir evidências de que nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é evidenciado na Demonstração do Resultado do período em que o ativo for baixado. **3.4. Intangível.** Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **3.5. Diferido.** De acordo com a Lei nº 11.941/09, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no Diferido representam gastos pré-operacionais referentes à manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008. A Companhia está, desde o início das suas operações em 1º de março de 2013, amortizando o saldo do diferido em dez anos, pelo método linear. **3.6. Ativos de direito de uso.** A partir de 1º de janeiro de 2019, por exigência da NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aprovou a IFRS 16/ CPC 06 – Arrendamentos, a Companhia reconheceu em seu Balanço Patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. A norma define que existe um “arrendamento” quando a empresa controla o uso de um ativo identificado, por um período de tempo, em troca de remuneração. A despesa de juros incidente sobre o passivo de arrendamento e a despesa com a amortização do direito de uso do ativo adjacente são reconhecidos separadamente no resultado da Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento (definido em contrato), até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Ver notas explicativas 10 e 14. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.8. Direitos e obrigações.** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em: **a) Circulante.** São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício social subsequente (próximos doze meses) à data do



Balanço Patrimonial. **b) Não circulante.** São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício social subsequente à data do Balanço Patrimonial. **3.9. Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil de competência. **3.10. Provisões.** Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída em 2019 e 2018. **3.11. Principais fontes de julgamento e estimativas.** Na preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC, é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	6	5
Aplicações financeiras	15.564	22.623
Total	15.569	22.628

#### 7. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Total
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	10%		
<u>Custo corrigido</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	297	455	411	42	1.561	2.767
Adições	243	24	60	-	144	470
Baixas	(11)	(3)	(2)	-	-	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	529	476	469	42	1.705	3.221
Adições	117	14	5	-	147	282
Baixas	(7)	(1)	(26)	(11)	(1)	(46)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	639	489	448	30	1.851	3.457
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(85)	(155)	(236)	(18)	(197)	(692)
Adições	(41)	(46)	(75)	(4)	(164)	(329)
Baixas	6	3	2	-	-	11
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(120)	(198)	(309)	(23)	(361)	(1.010)
Adições	(69)	(48)	(75)	(3)	(185)	(380)
Baixas	5	1	26	6	0	38
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(183)	(245)	(357)	(20)	(546)	(1.351)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2018	409	278	161	19	1.345	2.211
Saldos em 31 de dezembro de 2019	455	243	91	11	1.305	2.106

As aplicações financeiras referem-se às operações em fundos de investimentos lastreados em títulos públicos indexados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI e à taxa SELIC, cujos resgates podem ocorrer a qualquer momento. A taxa de rendimento médio do ano 2019 referente aos fundos foi de 5,49%. As mesmas não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2019	31/12/2018
Parnaíba I Geração de Energia S/A	4.450	75
Parnaíba II Geração de Energia S/A	3.394	882
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S/A	-	110
TOTAL	7.844	1.067

A Companhia possui como clientes, a Parnaíba I Geração de Energia S/A, a Parnaíba II Geração de Energia S/A, a Parnaíba III Geração de Energia S/A e a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S/A, para as quais deve prestar serviço de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural. O prazo para os recebimentos das faturas está previsto em contrato, e ocorrem em três parcelas mensais, iguais e sucessivas. Em caso de atraso no recebimento, há incidência de multa e juros, conforme cláusula contratual. A Administração da Companhia não julgou necessário o reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

#### 6. ESTOQUES

	31/12/2019	31/12/2018
Almoxarifado de materiais de manutenção	752	776
Almoxarifado de materiais de uso e consumo	4	4
Total	756	780

**8. INTANGÍVEL**

	Taxa anual de amortização	31/12/2019	31/12/2018
Softwares	20%	814	884
Marcas e patentes	-	17	17
(-) Amortização acumulada		(42)	(106)
<b>Total</b>		<b>790</b>	<b>795</b>

<u>Movimentação</u>	Custo corrigido	Amortização	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	868	(80)	787
Adições	33	(26)	7
Saldos em 31 de dezembro de 2018	901	(106)	795
Adições	-	(5)	(5)
Baixas	(70)	70	0
Saldos em 31 de dezembro de 2019	831	(42)	790

**9. DIFERIDO**

	31/12/2019	31/12/2018
Gastos Administrativos	2.311	2.311
Resultado Financeiro Líquido	(348)	(348)
Gastos Tributários	45	45
Subtotal	2.008	2.008
( - ) Amortização Acumulada	(1.372)	(1.171)
<b>Total</b>	<b>636</b>	<b>837</b>

<u>Movimentação</u>	Amortização
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(970)
Adições	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(1.171)
Adições	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.372)

**10. ATIVOS DE DIREITO DE USO**

	Expectativa de Uso (anos)	31/12/2019
Direito de Uso - Imóveis (sala 602)	7	138
Direito de Uso - Imóveis (sala 603-609)	8	804
Direito de Uso - Imóveis (sala 621)	4	60
Direito de Uso - Imóveis (sala 622)	6	88
(-) Amortização acumulada		(150)
<b>Total</b>		<b>940</b>

**11. FORNECEDORES**

	31/12/2019	31/12/2018
Steag Energy Services	382	222
LSL Locações e Serviços	17	16
Emerson Process Management Ltda	391	15
Fator Seguradora S.A.	0	25
ABF Comércio e Engenharia Ltda	0	45
Outros	94	110
<b>Total</b>	<b>884</b>	<b>433</b>

**12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR**

	31/12/2019	31/12/2018
INSS a Recolher	99	95
FGTS a Pagar	27	25
Provisão para Férias	274	285
Provisão para Encargos sobre as Férias	96	99
Participações no Resultado a Pagar	269	267
Outros	1	1
<b>Total</b>	<b>766</b>	<b>773</b>

**13. IMPOSTOS A RECOLHER**

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ a Pagar	1.996	1.334
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a Pagar	577	369
Provisão para Programa de Integração Social - PIS a Pagar	51	7
Provisão para Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a Pagar	235	33
Imposto sobre serviços – ISS a Recolher	287	-
Outros	174	152
<b>Total</b>	<b>3.321</b>	<b>1.894</b>

**14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO**

	Taxa de Desconto	31/12/2019
Arrendamento a Pagar no Curto Prazo		192
(-) Ajuste a Valor Presente	7,33%	(59)
<b>Total</b>		<b>133</b>
Arrendamento a Pagar no Longo Prazo		1.025
(-) Ajuste a Valor Presente	7,33%	(186)
<b>Total</b>		<b>839</b>

Os passivos de arrendamento devem ser mensurados a valor presente dos pagamentos, usando-se a taxa de juros para desconto, implícita nos contratos existentes, se essa taxa puder ser determinada prontamente. Quando não for possível se estimar a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento, a entidade deve então usar a taxa incremental de juros de seus empréstimos. A Administração da Companhia definiu, para mensuração dos passivos de arrendamento a valor presente, a taxa de juros de 7,33% a.a.

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Capital Social.** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$7.920 e está representado por 2.329.408 ações ordinárias e preferenciais.

**Posição em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.**

	Quantidade de ações				Capital
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação	Integralizado
Estado do Maranhão	593.999	-	593.999	25,50%	2.020
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO	244.588	302.823	547.411	23,50%	1.861
Termogás S.A.	326.117	861.881	1.187.998	51,00%	4.039
<b>Total</b>	<b>1.164.704</b>	<b>1.164.704</b>	<b>2.329.408</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.920</b>



Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens: Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, bem como na distribuição de dividendo mínimo, cumulativo de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado; Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia; Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes; Em caso de liquidação da Companhia os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica "Capital social" da Companhia; No exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica "Reservas de capital". O Estatuto Social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. É assegurada aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

**15.1.1 Dividendos provisionados**

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	11.923	13.207
Dividendos mínimos obrigatórios	10.032	11.923
Dividendos pagos	(15.898)	(17.610)
Dividendos adicionais propostos	3.974	4.402
Saldo final	10.032	11.923

**16. RECEITA LÍQUIDA**

	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviço	34.017	35.523
PIS	(221)	(231)
COFINS	(1.021)	(1.066)
ISS	(1.701)	(1.776)
Total das deduções	(2.943)	(3.073)
Receita líquida	31.075	32.450

**17. DESPESAS POR NATUREZA.** Conforme requerido pela NBC TG 26 editada pelo CFC, equivalente ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, está apresentado, a seguir, o detalhamento das despesas apresentadas na Demonstração do Resultado por natureza:

	2019	2018
Serviços de Terceiros	(4.416)	(3.607)
Despesa com Pessoal	(5.066)	(4.776)
Participação nos Lucros e Resultados	(269)	(267)
Remuneração de Administradores	(1.264)	(1.202)
Despesas com Viagem	(550)	(587)
Associação de Classe	(462)	(400)
Utilidades e Serviços	(211)	(336)
Assessoria Jurídica	(105)	(126)
Ocupação	(48)	(251)
Depreciação e Amortização	(735)	(556)
Outros	(1.083)	(1.132)
Total	(14.209)	(13.238)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(6.983)	(5.884)
Despesas gerais e administrativas	(6.357)	(6.751)
Depreciação e Amortização	(735)	(556)
Despesas Tributárias	(130)	(42)
Outras despesas operacionais	(3)	(5)
Total	(14.209)	(13.238)

**18. RESULTADO FINANCEIRO**

	2019	2018
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	385	798
Outras receitas financeiras	18	3
<u>Despesas Financeiras</u>		
Despesas bancárias	(3)	(2)
Juros sobre arrendamento – AVP	(74)	-
Total	326	799

**19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2019	2018
Receita	34.017	35.523
Percentual de Presunção – IRPJ e CSLL	32%	32%
Lucro Presumido	10.886	11.367
Receita de Aplicações Financeiras	406	801
Base de Cálculo dos Impostos	11.292	12.168
Imposto de Renda (15%) e Adicional (10%)	-2.799	-3.018
Contribuição Social (9%)	-1.016	-1.095
Total	-3.815	-4.113

**20. SEGUROS.** A Companhia mantém cobertura de seguros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos nas suas operações. Os contratos vigentes são referentes aos seguros das salas comerciais onde funciona a sede da Companhia e ao seguro de responsabilidade civil dos Administradores e Diretores da Companhia.

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS. a) Considerações gerais.** No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes. **b) Gestão do risco da taxa de juros.** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na nota explicativa nº 4. **c) Gestão do risco de liquidez.** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. **d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros.** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. **e) Derivativos.**





A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. **22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Contábeis em 31 de janeiro de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas Demonstrações Contábeis, quando requeridos.

Deoclides Antonio Santos Neto Macedo Diretor Presidente CPF: 208647603-53 RG: 27779442004-7	Fábio Moreira Amorim Diretor Administrativo e Financeiro CPF: 447.025.233-68 RG: 1188218
Hillany Kim Gomes Coêlho Contador CPF: 638.823.023-72 CRC/MA 012537/O	

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR CNPJ/MF Nº 05.121.359/0001-30 - NIRE 21300008969.** Em 10/03/2020, às 14h30, na Rua dos Azulões, Quadra 02, Lote 01, Ed. Office Tower, Sala 607, Jardim Renascença, São Luís - Maranhão, reuniu-se o Conselho de Administração da GASMAR, com a presença dos Srs. Expedito Rodrigues Silva Júnior, Deoclides Antonio Santos Neto Macedo, Ednaldo Dartagnan Veras Neves, José Carlos de Salles Garcez e Hermano Darwin Vasconcellos Mattos, para deliberação da seguinte **ORDEM DO DIA:** (i) Examinar o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2019; (ii) Conhecer o Relatório de Metas do exercício social de 2019 e encaminhar a apuração do cumprimento das metas do Programa de Participação nos Lucros e do Programa de Participação nos Resultados à Assembleia Geral; (iii) Analisar a proposta de destinação do Lucro Líquido e de distribuição dos Dividendos remanescentes do exercício de 2019, e deliberar sobre o seu encaminhamento à Assembleia Geral; (iv) Analisar a proposta de remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, e o encaminhamento à Assembleia Geral. **DELIBERAÇÕES:** O Presidente deu início aos trabalhos da Septuagésima Nona Reunião do Conselho de Administração da GASMAR, e após a leitura da Ordem do Dia o colendo, em unanimidade, decidiu: **i)** Nos termos do inciso V do art. 14 do Estatuto Social da Companhia, mediante proposição da Diretoria Executiva da GASMAR e em vista do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Audimec Auditores Independentes, manifestar-se favoravelmente pela aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, bem como pelo encaminhamento dos mesmos à apreciação do Conselho Fiscal da Companhia e, posteriormente, à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. **ii)** Aprovar o Relatório de Metas do exercício social de 2019, com a apuração dos montantes a serem pagos a título de Participação nos Lucros, aos Diretores, em consonância com a Lei nº 6.404/76, e de Participação nos Resultados, aos empregados, nos termos da Lei nº 10.101/2000. O valor a ser pago a título de PLR corresponde a 01 (um) salário base recebido por colaboradores e diretores em dezembro de 2019; **iii)** Aprovar, com fundamento na Lei nº 6.404/76 e na proposta da Diretoria Executiva, a destinação do Lucro Líquido remanescente do exercício de 2019. O valor total do Lucro Líquido apurado pela Companhia, no exercício de 2019, foi de **R\$13.377 milhões**, a ser distribuído aos acionistas no dia 18 de março de 2020, na proporção de suas respectivas participações no Capital Social total da Companhia, da seguinte forma: **i)** ao acionista **ESTADO DO MARANHÃO**, o valor de **R\$ R\$ 3.411.010,22** (três milhões, quatrocentos e onze mil, dez reais e vinte e dois centavos), ao acionista **TERMOGÁS S/A**, o valor de **R\$ 6.822.020,44** (seis milhões, oitocentos e vinte e dois mil, vinte reais e quarenta e quatro centavos) e, **iii)** ao acionista **PETROBRAS GÁS S/A – GASPETRO**, o valor **R\$ 3.143.480,01** (três milhões, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e um centavo). Os dividendos do acionista GASPETRO serão depositados na conta ju-

dicial, em observância à medida liminar que determinou a suspensão dos direitos do referido acionista. **iv)** Manifestar-se favoravelmente ao encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas da proposta apresentada pela Diretoria Executiva, para fixação da remuneração mensal dos administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia. Por fim, nos termos da Lei da 6.404/76, e do Estatuto Social da Companhia, o colendo determinou o envio das matérias à manifestação do Conselho Fiscal, a **19ª Assembleia Geral Ordinária** e a **51ª Assembleia Geral Extraordinária**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, é assinada por todos os conselheiros, em 03 (três) vias de igual teor e forma. São Luís, 10 de março de 2020. Expedito Rodrigues Silva Júnior – Presidente do Conselho de Administração, José Carlos de Salles Garcez – Vice-Presidente do Conselho de Administração, Deoclides Antonio Santos Neto Macedo – Conselheiro de Administração, Hermano Darwin Vasconcellos Mattos – Conselheiro de Administração, Ednaldo Dartagnan Veras Neves – Conselheiro de Administração.

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR. ATA DA 52ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL.** Aos dez dias do mês de março de 2020, às 16h, realizou-se na sede da Companhia Maranhense de Gás – GASMAR, situada na rua Azulões, 1, Edifício Office Tower, sala 607, Jardim Renascença, São Luís – MA, a Quinquagésima Primeira Reunião do Conselho Fiscal da Gasmar, com a presença dos membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, os Srs. André Gustavo Lins de Macedo e José Augusto Gomes Nogueira para deliberação da seguinte **ORDEM DO DIA:** a) Examinar as demonstrações financeiras do exercício social de 2019 e emitir opinião; b) Examinar e opinar sobre proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2019; c) Tomar conhecimento sobre os atos de gestão e do Relatório da Administração do exercício de 2019; **DELIBERAÇÕES:** Após análise das matérias constantes da pauta os membros do Conselho Fiscal tomaram, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) Examinadas as demonstrações contábeis e tomados os esclarecimentos do Diretor Administrativo e Financeiro sobre as demonstrações e os atos de gestão, e tomando por base o Parecer dos auditores independentes – Audimec Auditores Independentes – datado de 06/02/2020, o Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente aos Relatórios e Demonstrações Financeiras apresentados, e ao envio dos mesmos à apreciação e deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, acompanhados do Parecer anexo a esta ata, assinado por todos os conselheiros fiscais. b) Após o exame da proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2019, apresentado pela Diretoria da Gasmar, e por considerá-la em acordo às normas estatutárias e em conformidade com a Lei 6.404/76, este conselho deliberou favoravelmente à apresentação aos acionistas para deliberação em Assembleia Geral; c) Após o exame do Relatório da Administração, do exercício de 2019, este Conselho delibera favoravelmente à sua apresentação para apreciação dos acionistas em Assembleia Geral. **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata, a qual após lida e aprovada foi assinada por todos os conselheiros em quatro vias de igual teor e posterior arquivamento. São Luís- MA, 10 de março de 2020. ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACEDO – Membro do Conselho Fiscal, JOSÉ AUGUSTO GOMES NOGUEIRA – Membro do Conselho Fiscal.

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR. CONSELHO FISCAL. PARECER.** O Conselho Fiscal da Companhia Maranhense de Gás – GASMAR, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e das notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2019, e, tomando por base o parecer dos auditores independentes – Audimec Auditores Independentes - datado de 06/02/2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, é de **OPINIÃO FAVORÁVEL** que os referidos Relatórios e Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. São Luís- MA, 10 de março de 2020. ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACEDO – Membro do Conselho Fiscal, JOSÉ AUGUSTO GOMES NOGUEIRA – Membro do Conselho Fiscal.